



A INTRINCADA TRAMA DA DIVERSIDADE ATRAVÉS DO OLHAR DAS CRIANÇAS: DIFERENÇAS DE COR/RAÇA E CLASSE VIVIDAS NA ESCOLA

Deise Maria Santos de Aguiar¹
Maria de Fátima Salum Moreira²

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa, desenvolvida entre 2006 e 2008, que resultou em dissertação de mestrado, em que o problema das crianças que vivem processos de diferenciações e desigualdades nas relações escolares foi pensado em seus possíveis vínculos com as condições sócio-econômicas e a cor/raça dessas crianças, sendo investigado através da percepção das próprias crianças. A investigação procurou compreender como as crianças percebem as práticas de diferenciação e de discriminação de classe e raciais vivenciadas na escola. O estudo foi realizado em uma escola pública estadual do município de Presidente Prudente, em uma classe de 4ª série, composta de 29 crianças, sendo 16 meninas e 13 meninos. O grupo de participantes reunia crianças oriundas da classe trabalhadora, entretanto as diferenças e desigualdades econômicas existiam, produzindo as relações desiguais e os tratamentos diferentes. Todas as crianças eram pobres, mas umas eram mais pobres do que outras, segundo a percepção das próprias crianças. Foram feitas observações das crianças em diferentes ambientes da escola; aplicação de questionário sócio-econômico; análise de questionários sobre denominação e classificação de cor/raça entre as crianças; aplicação de situações-problema; entrevista semi-estruturada e outros.

O olhar sobre os problemas de raça e pobreza

Sabe-se que a discriminação, o tratamento desigual e a exclusão das crianças pobres e/ou negras é tema de diversos estudos. Este tem sido abordado sob diferentes ângulos: com enfoque na questão social, como os estudos de Patto (1991); com enfoque na questão racial, como os estudos de Rosemberg (1987); ou com enfoque nas questões de cor/raça, classe e gênero, como os estudos de Carvalho (2004). Nesta pesquisa foi utilizada uma abordagem sobre o tema privilegiando as

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós_Graduação da FCT – UNESP e Diretora de Escola na Rede Pública Estadual de Presidente Prudente-SP. deise.aguiar@uol.com.br

² Professora Assistente-Doutor do Departamento de Educação da FCT-UNESP. fatimasalum@gmail.com



questões de cor/raça e classe social (baixo rendimento econômico associado à idéia de pobreza), fazendo uso de uma metodologia que privilegiou a fala das crianças. Compartilhando da concepção de criança conforme anunciada por Sarmiento (1997) e Pinto (1997), que a consideram capazes de produção simbólica, o estudo buscou orientar as análises das falas das crianças a partir do ponto de vista dos autores. Para Sarmiento e Pinto:

[...] O olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente. Assim, interpretar as representações sociais das crianças pode não ser apenas um meio de acesso à infância como categoria social, mas às próprias estruturas e dinâmicas sociais que são desocultadas no discurso das crianças. (1997, p. 25)

Estudos realizados por Marília Carvalho, 2004, apontam que as discriminações, os comentários e os diferentes olhares sobre o pertencimento racial, sobre as particularidades culturais, o corpo e a estética são desafios que as crianças têm que enfrentar no cotidiano de nossas escolas, conforme observado também durante essa pesquisa. Desse modo, nosso olhar deslocou-se para a análise das práticas de diferenciações.

As crianças percebidas como pobres e pretas, por terem pele mais escura, ficavam à mercê de percepções e relações que lhes marcavam um lugar socialmente diferenciado, sendo vítimas de “brincadeiras” de mau gosto, como tapas, apelidos discriminatórios, xingamentos, gozações e maus tratos. Em várias ocasiões as garotas pretas e/ou pardas sofriam discriminações, por parte de colegas da classe, que as chamavam por apelidos que faziam referência à cor da pele e ao tipo de cabelo – *negrinha, macaca, negra, pretinha, cabelo de vulcão, cabelo de onda etc.* As garotas, ao serem questionadas sobre o que fariam, se pudessem mudar algo nas relações com a(o)s colegas, responderam que gostariam de ser aceitas por eles e não sofrer com as discriminações que acontecem no ambiente escolar. A professora também deixava à mostra seu preconceito ao fazer determinados comentários sobre as crianças, como o registrado acerca de Adriana, a garota apontada pelas crianças como pobre e de pele mais escura na classe:

“Adriana é assim mesmo... Tem época que ela ganha roupas e vem toda arrumadinha e senta aqui na frente... Fedida! Não toma banho, acho... Nem de noite e nem de manhã. Ninguém agüenta. Depois ela vai lá para o fundo e aí começa a faltar.” (D.C. ago./07)

As crianças que tinham uma condição social mais desfavorecida e eram culturalmente menos valorizadas não eram aceitas nos grupos de trabalhos na sala de aula e, as que freqüentavam o reforço após as aulas eram aquelas percebidas como pretas e pobres e que eram excluídas dentro da sala de aula, por colegas e pela professora.

A pobreza é entendida neste estudo como um fenômeno multidimensional inter-relacionado – a pobreza e suas causas variam em função de fatores como idade, gênero, cultura e contextos



econômicos e sociais diversos. Segundo Vêras (1999, p. 38), a pobreza é entendida como a privação de emprego, de meios para participar do mercado como consumidor, falta de bem-estar, de direitos, liberdade, esperança e demais fatores essenciais a uma vida com dignidade. O conceito de raça adotado é o de “raça como construção social”, conforme Guimarães (1999):

[...] o conceito de raça deve ser entendido em sua dimensão sociológica, a qual é caracterizada como constructo e forma de identificação social que, apesar de se basear em uma falsa explicação biológica, é bastante eficaz na produção, manutenção e reprodução social de diferenças e privilégios (p.153).

Ao pensarmos as relações existentes entre pobreza, raça e gênero nos permitimos questionar as desigualdades sociais que atingem a maioria da população e em especial as crianças que estão na escola pública. De acordo com o autor, os conceitos de raça e gênero desvelam certas particularidades na construção social da pobreza que eram antes ignoradas. Descobrimos que a relação entre cor e pobreza não é uma coincidência e, dessa forma, passamos a investigar o papel constituinte da cor sobre a pobreza (GUIMARÃES, 2002, p. 77).

Segundo Rosemberg (1998): “Na América Latina no geral, e no Brasil em particular, desenvolveu-se uma prática de classificação racial que se apóia em características fenotípicas e sócio-econômicas da pessoa”. Assim, no Brasil, existe a possibilidade de mudanças da “linha de cor”, de acordo com o fenótipo e a condição social do indivíduo. [...] “o dinheiro embranquece” (p.73). Ainda, para Rosemberg existe uma diferença entre a escola que o alunado negro frequênta e a escola que é frequêntada pelo branco. Os negros, mais do que brancos, de mesma renda vão frequêntar as escolas com piores condições de atendimento aos alunos.

Qual é a sua cor? O que falam as crianças?

Quando questionadas acerca de sua cor/raça, através de uma questão direta: “Qual a sua cor?”, de um total de 26 crianças presentes no dia da aplicação, 5 crianças se declararam brancas, 1 criança se declarou parda, 2 crianças se declararam morenas claras, 6 se declararam morenas, 3 escuras, 4 mulatas e 1 se declarou da cor da pele. E, ao serem questionadas de acordo com a classificação do IBGE – branca, parda, preta, amarela, indígena - responderam da seguinte forma: 14 crianças se declararam pardas, 1 preta, 5 brancas, 1 indígena; 4 não estavam presentes, no momento da aplicação e 1 criança não assinalou nenhuma das alternativas, preferindo escrever no papel que era morena. Observei que as crianças que se identificaram por diferentes tons de cor da pele, quando questionadas sobre sua cor através do uso da questão aberta, se autodeclararam pardas, quando questionadas no modelo do IBGE. Por outro lado, as crianças que se declararam brancas o fizeram quando da utilização das duas propostas de questões. Podemos dizer, então, que as crianças



apresentaram um modo de classificação racial múltiplo e destacaram o termo moreno para a sua autodeclaração de cor. Para algumas crianças os termos preto e negro são entendidos como formas negativas de classificação, sendo, portanto, desvalorizados. Diogo, um garoto que se autotranscreveu como moreno escuro, ao ser indagado se havia alguém negro e/ou preto na sua classe, respondeu:

Ninguém... Assim, tem gente morena que nem eu. Eu não sou negro, sou moreno. Tem gente morena. A Tânia é morena. Chamar alguém de negro é muito feio, né? Tem gente que não fala negro, fala preto. Eu acho que é uma falta de educação, por causa que tem gente que chama a Adriana, a Tânia e até eu de preto, né? Tem pessoa que fala: sai daqui seu *preto*, seu *neguinho saravá*. Só que nós fala pra professora e a professora fala pra nós ir na delegacia dar parte. (Entrevista, agos/07)

Assim como apontado em outros estudos, percebemos que a cor/raça para as crianças pretas e pardas tem um caráter relativo e variável.

Cor, raça e pobreza na fala das crianças

Inspirado nos dilemas morais, conforme proposto por Kohlberg, aplicamos situações-problema com as crianças para investigar seus sentimentos, valores, vivências e percepções acerca de preconceitos explícitos ou implícitos nas suas respostas. A ideia de “inspiração” deve ser tomada em seu sentido literal, pois não se parte, nesta pesquisa, dos pressupostos de Kohlberg, segundo os quais, todas as pessoas passam por estágios de desenvolvimento morais invariantes e universais que refletem maneiras de raciocinar.³ Os dilemas ou situações-problema são importantes pelo fato de descentrarem as explicações da vida pessoal dos participantes da pesquisa e lhes proporcionarem maior liberdade de pensamento e expressão. É mais fácil falar sobre o outro e não diretamente sobre nós mesmos.

Dessa forma, frente à situação-problema, além de emitirem suas opiniões as crianças eram questionadas se já haviam presenciado situação semelhante. As situações utilizadas envolveram diferenças e tratamento desigual entre crianças, devido à cor/raça e pobreza, com a finalidade de ouvir suas falas, conhecer seus sentimentos, vivências e percepções referidas às práticas de preconceito e discriminação que experimentam. Uma das situações consistia do seguinte problema: “Juliana convidou várias crianças da sua classe para irem a sua casa no dia de sua festa de aniversário. Ela só não convidou Elisângela, para quem falou: “Você não! Você é negrinha”. Por que você acha que Juliana tratou Elisângela dessa forma? Você já viu alguma situação semelhante a essa? Em caso afirmativo, me conte o que aconteceu.”

³ Sua teoria tem origem nos trabalhos desenvolvidos por Piaget. Com o construtivismo de Piaget e com o enfoque cognitivo-evolutivo de Kohlberg, aparece o papel do sujeito humano como agente do processo moral (BIAGGIO, 1981, p. 183).



Analizando as respostas de 20 crianças presentes no dia da aplicação, levantamos os seguintes dados e conclusões: 19 crianças ou 95% julgaram que Juliana tratou Elisângela de maneira desigual, não a convidando para a sua festa, devido a sua cor/raça; somente 1 criança julgou que fosse por outro motivo. Concluímos que as crianças ao serem indagadas sobre o motivo de Juliana ter tratado Elisângela daquela maneira, responderam, invariavelmente, definindo-a como racista ou pessoa que tem preconceito, sendo, assim, capazes de reconhecer e explicitar alguns aspectos da discriminação, presentes nas relações entre negros e brancos. Isso não implica dizer, porém, que em algumas de suas próprias falas não se notasse a presença de concepções também preconceituosas e discriminadoras em relação aos negros. Ao serem perguntadas se já haviam visto alguma situação semelhante àquela descrita, as respostas das crianças revelaram os seguintes resultados: 13 crianças ou 65% descreveram situações de discriminação presenciadas por elas, enquanto 7 crianças ou 35% declararam não ter visto situação semelhante. Foram relatadas pelas crianças 11 situações de discriminação, aparecendo os termos *negro(a)s*, *neguinha(o)*, *preta e macaca* em 100% dos casos narrados.

Eu, um dia, estava na igreja quando uma menina negra estava passando na frente de uma idosa e a idosa era branca e disse para a menina assim: “Neginha! Pára de passar na frente de mim e a menina pegou e saiu correndo”. (Beatriz, ago/2007)

Uma menina da minha rua não quer brincar com a outra menina porque ela é negra. (Andressa, ago/2007)

O Raul fica chamando a Adriana de macaca. Ele e o Vitor. O Vitor xinga ela de neginha do cabelo duro. (Tânia, ago/2007)

Outra situação-problema aplicada se referia à questão da pobreza e consistiu no seguinte dilema: “Certa vez, João, um menino bem pobre, não participou da festa junina na sua escola, porque nenhuma menina quis dançar com ele. Por que você acha que as meninas não quiseram dançar com ele? Você já viu alguma situação semelhante a essa? Em caso afirmativo, me conte o que aconteceu.”

Nesse caso, as crianças responderam da seguinte forma: 15 crianças declararam que as meninas não dançaram com João por ele ser pobre; destas, 4 crianças associaram a pobreza à aparência, alegando que João era pobre e mal arrumado; 3 crianças ligaram a pobreza à cor de João, argumentando que ele era pobre e preto, enquanto as outras 5 crianças justificaram o fato de as meninas não dançarem com João por motivos diversos, como não gostarem dele, ele era feio e chato, ele não foi à festa e duas não responderam. Lembrando que os números nesta pesquisa foram pequenos do ponto de vista estatístico, pois não foi um estudo quantitativo, realizamos uma análise de dados de forma comparativa, deixando evidente o quanto as crianças são capazes de reconhecer e explicitar situações de diferenças e discriminações presentes em seu cotidiano, além de demonstrar



como o preconceito racial pode estar associado à pobreza para algumas crianças, uma vez que o dilema não declara a cor de João. Eis algumas respostas das crianças:

Na festa junina da minha escola o menino não quis dançar com a menina porque ela é pobre. (Andressa, ago/2007).

Ninguém quis dançar com a Adriana. Acho que é porque ela é preta e ela é assim... Pobre, né? Já fui na casa dela. A professora quis dar gel pra ela, eu não quero. Eu não to precisando, se eu quiser eu compro. (Tânia, ago/2007)

Conversas e relatos de crianças

Entrevistamos 12 crianças e nas entrevistas fizemos uso de algumas situações observadas, vividas pelas crianças, com o intuito de confrontar a posição delas na ação e na palavra. As entrevistas foram individuais e as crianças se mostraram muito receptivas, apesar de falarem pouco. Ficou evidente a questão do silêncio infantil, conforme já apresentado em outros estudos. Adriana, garota negra, muito pobre, que sofria discriminação em diversas situações observadas na sala de aula, no recreio e na educação física, quando questionada a respeito de determinadas situações vividas por ela, seus silêncios e suas evasivas falavam mais dos fatos do que as palavras poderiam dizer. Suas respostas eram curtas e foi possível interpretá-las considerando os momentos compartilhados durante o trabalho de campo junto à classe – somente conhecendo Adriana e tendo convivido com ela na sala de aula, no recreio e nas aulas de educação física foi possível desvelar tudo o que ela queria dizer e não dizia ou dizia em uma só palavra.

Com o objetivo de identificar e analisar diferenças e semelhanças nos modos de pensar, sentir e agir manifestas pelas crianças, em função de suas experiências de classe, algumas questões foram elaboradas com a intenção de ouvi-las sobre suas percepções e significados atribuídos às diferenças de classe. Dessa forma, as crianças foram indagadas sobre o significado de ser pobre; quem consideravam pobre na sua classe e se eram pobres. Quando indagadas sobre o que seria uma pessoa pobre, todas declararam que pobre é quem se apresenta mal arrumado, com roupa rasgada ou suja, sapato sujo, sem dinheiro ou que não tem comida, roupa ou casa para morar. Dentre as 7 crianças entrevistadas, 3 crianças consideraram que ninguém na sua classe era pobre, pois todos tem comida, roupa, casa e outras coisas e 3 crianças declararam que na classe a Adriana e o Diogo eram pobres. E, para Renato, um dos entrevistados, branco segundo sua percepção, somente Adriana era pobre. De acordo com suas palavras: “acho que a Adriana é pobre porque ela tem uma casa que é atrás em um terreno baldio e na frente é todo cheio de capim, essas coisas... Onde ela mora é tipo um barracão.” Ao perguntar-lhe se ele era pobre, Renato declarou: “um pouco só, porque a minha casa é de madeira”. Renato, bem como outras crianças, delimita fronteiras para constituir sua



identidade. Ele não é pobre como Adriana, pois sua casa é diferente da casa dela. Como na escola, a maior parte do(a)s aluno(a)s é pobre e preto(a) ou pardo(a) as crianças utilizam alguns demarcadores para as diferenças individuais e dos grupos. Assim, para essas crianças, quem mora em uma casa de alvenaria tem mais status do que aquele que mora em uma casa de madeira. Quem mora em uma casa de madeira com dois ou mais cômodos é menos pobre do que quem mora num barracão de madeira, como era o caso de Adriana. Assim como, quem vem à escola bem vestido ou tem a pele mais clara também é considerado superior. Para Marina, parda segundo sua percepção, Adriana e Diogo são pobres e no caso específico de Diogo ela declarou: “porque a mãe do Diogo passa nas casas pedindo comida”. Quando questionada sobre sua condição sócio-econômica ela respondeu: “eu não sou pobre porque eu tenho casa para morar, eu não tenho dificuldade assim de nada, a minha mãe me dá quase tudo que eu quero”. As crianças percebidas como pobres são, em geral, as que também são percebidas como negras e com histórias de fracasso escolar, sendo possível concluir que entre as crianças pobres são criadas fronteiras que marcam e distinguem suas identificações raciais e de classe.

Para concluir, reafirmamos a possibilidade de a criança falar sobre o seu cotidiano, sobre aquilo de que gosta e do que não gosta, sobre seus receios, ansiedades e desejos. Considerando que o grupo investigado tem características particulares e, portanto, não podemos generalizar para todas as crianças aquilo que observamos, esta pesquisa nos permitiu entender que as crianças, independentemente da cor/raça: 1) dizem que vêm à escola para aprender, para brincar, encontrar amigo(a)s e também para ter um futuro melhor, que as prepare para o trabalho; 2) a maioria dessas crianças não tem ajuda em casa para fazer suas lições; quando muito contam com ajuda nas instituições que freqüentam, paralelamente à escola; 3) as crianças que demonstram não saber realizar as atividades de ensino propostas recebem as críticas da professora, silenciosamente; 4) as crianças sabem exatamente o que a professora espera delas: “que façam tudo certinho”, “que copiem tudo direitinho”, “que se comportem”, “que façam sozinhas”, “que não briguem” etc.; 5) as crianças negras, pretas e pardas, pobres e com histórias de fracasso escolar sofrem maior discriminações na escola, também por parte dos colegas; 6) o padrão de beleza almejado pelas crianças negras corresponde ao do homem e da mulher branco(a), que é valorizado igualmente pela criança branca; 7) a cor/raça para as crianças pretas e pardas tem um caráter relativo e variável; 8) de modo semelhante ao que fazem os adultos, as crianças identificam e classificam as demais como: aquelas que são mais comportadas, as consideradas melhores aluno(a)s, o(a)s piores aluno(a)s, as mais adiantadas, as mais atrasadas e as mais inteligentes, conforme as professoras as classificam;



9) independentemente da cor/raça e/ou classe social, garotos e garotas entrevistado(a)s demonstraram ter percepções semelhantes de raça/cor; 10) entre as crianças pobres são criadas fronteiras que marcam e distinguem suas identificações raciais e de classe suas identificações raciais e de classe – quem tem casa de alvenaria é menos pobre do que aquele que tem casa de madeira, por exemplo; ou quem tem a pele mais clara será mais bem aceito entre as próprias crianças. Segundo Renato, Adriana é pobre, pois sua casa é um barraco. Enquanto ele, Renato, seria menos pobre do que ela, pois sua casa é de madeira.

Todos esses dados são importantes para conhecermos melhor o processo de escolarização dessas crianças, uma vez que este determina modelos de identificação social prioritários, em detrimento de outras possibilidades de ser, sentir e pensar. Partindo da visão sobre infância adotada nesta investigação, que considera as crianças capazes de produzir simbolismos e criar representações e crenças, em diferentes contextos sócio-históricos e espaciais, procuramos entender como essas crianças sentiam e reagiam em face dos modelos e padrões de beleza e identidades existentes em nossa sociedade. As crianças influenciam e são influenciadas pela sociedade, sendo produtoras e produto da sociedade e da cultura da qual fazem parte. Assim, na escola, estão submetidas à inculcação de hábitos e comportamentos desejáveis, determinados pelos segmentos sociais dominantes, de sorte que aqueles que não se adaptam às normas vigentes são considerados “diferentes”, “desviantes” e “marginalizados”. A escola concorre para a construção das identidades, produzindo diferenças, desigualdades e hierarquias sociais, enquanto a criança, conforme observado na pesquisa, também participa desse processo, de diferentes formas.

Referências

- BIAGGIO, Â. M. B. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1881.
- CARVALHO, M. P. Quem são os meninos que fracassam na escola? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 11-40, jan./abr. 2004.
- GUIMARÃES, A. S. A. Raça e estudos das relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 54, p. 157-156, jul. 1999.
- _____. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; 2002.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T. A Queiroz, 1991.
- ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, J. G. (org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, p. 73-91.



SARMENTO, M. J. ; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: _____. ; PINTO, M. (org.) **As crianças:** contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997, p. 9-30.

VÉRAS, M. Exclusão social: um problema de 500 anos. In: SAWAYA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-50.